

## Senado negocia com PT redução de licença para gastos







Tasso Jereissati. A PEC prevê a ampliação permanente do teto de gastos em R\$ 80 bilhões

# ALTERNATIVAS E NEGOCIAÇÃO

## Senadores apresentam propostas de menor impacto, e PT já indica fazer concessões

FERNANDATRISOTTO, MANOEL
VENTURA E PATRIK CAMPOREZ

A ntes mesmo de começar a tramitação da "PEC da Transição", proposta de emenda à Constituição que deixa R\$ 198 bilhões fora do teto de gastos, senadores do PSDB apresentaram ontem alternativas com menor im-pacto fiscal para a resolução do Orçamento de 2023. Tas-so Jereissati (CE) sugeriu ampliar o teto de forma permanente em R\$ 80 bilhões, e Alessandro Vieira (SE) pro-pôs uma permissão para o novo governo ultrapassar a regra fiscal em R\$ 70 bilhões -apenas para garantir o pa-mento do Bolsa Família de R\$ 600 mensais no próximo ano, acrescidos de R\$ 150 por

criança de até 6 anos. Paralelamente, a equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em reuniões na noite de on-

tem com senadores, sinali zou que poderá ceder em al-guns pontos da minuta original da PEC, apresentada na semana passada, em tro-ca de sua rápida votação no Congresso. De acordo com participantes da negocia-ção, o PT aceitaria limitar a validade da PEC em quatro anos — contra a proposta original de liberação peroriginal de noeração per-manente — e travar o im-pacto fiscal da medida em R\$ 175 bilhões, ou seja, sem o "puxadinho" de R\$ 22,9 bilhões para turbinar inves-timentos, que seriam obti-dos com excesso de arreca-dação que pelo projeto oridação, que, pelo projeto ori-ginal, seriam contabiliza-dos fora do teto.

Também está na mesa de negociação a possibilidade de o novo governo se com-prometer a apresentar, um um prazo determinado, um nova regra fiscal para substi-tuir o teto de gastos: pela pri-meira vez integrantes do PT



"Isso garantiria que as despesas necessárias para a manutenção do benefício de R\$ 600 sejam realizadas de maneira a atender de forma intertemporal o teto de gastos, uma regra fiscal que tem permitido, ao longo de sua existência, a ancoragem das expectativas dos agentes econômicos em relação à condução da política fiscal"

Tasso Jereissati (PSDB-CE), na justificativa da "PEC da Sustentabilidade Social"

admitem a possibilidade de assumir uma data para apre-sentar a proposta de alterna-tiva à regra fiscal. Não houve, contudo, uma conclusão do texto final, que pode ser apresentado oficialmente no enado amanhã.

O projeto de Tasso, cha-mado de "PEC da Sustentabilidade Social", prevê a am-pliação permanente do teto degastos em R\$ 80 bilhões e degastosem 8,500 hinoese vai em direção oposta à ideia da equipe do presidente eleito, cuja proposta prevé gastar quase R\$ 200 bilhões fora da regra fiscal que limi-ta o crescimento das despesas à inflação. A sugestão da "PEC da Sustentabilidade Social" foi antecipada pelo jornal O Estado de S.Paulo e confirmada pelo GLOBO.

Tasso sugere a expansão de R\$ 80 bilhões no limite do teto de gastos para 2023, que seria incorporada em defini-tivo nos cálculos para o teto dos anos seguintes. Isso ga-

rantiria que "as despesas necessárias para a manutenção do benefício de R\$ 600 sejam realizadas de maneira a atender de forma intertemporal o teto de gastos, uma regra fis-cal que tem permitido, ao longo de sua existência, a an-coragem das expectativas dos agentes econômicos em relação à condução da política fiscal", segundo a justificativa do senador.

Ao ampliar o limite do teto Ao ampliar o limite do teto de gastos, o senador diz que também há possibilidade de expandir as despesas em outras áreas cruciais, como saúde e educação, e de ter mais flexibilidade "para alocação em despesas discricionárias, inclusive o aumento real no inclusive o aumento real no inclusive o aumento real no salário mínimo em 2023".

### TEMPO 'EXÍGUO', DIZ LIRA

Já o projeto do senador Ales-sandro Vieira (PSDB-SE) tem o impacto de R\$ 70 bilhões, e abrange, por apenas quatro anos, o pagamento de R\$ 600 para o Bolsa Família e o adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos.

A proposta de Vieira, contudo, não traz previsão para o au-mento real do salário mínimo, outra promessa de campanha do petista, e a recomposição do orçamento de programas como o Farmácia Popular. Por outro lado, o texto alternativo do senador mantém duas ino do senador mantem duas mo-vações da minuta da equipe de Lula: permite que as doações para projetos ambientais e os gastos com recursos próprios de universidades federais fi-

quem fora da regra do teto. Ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Ar-thur Lira (PP-AL), classificou de "exíguo" o tempo restante para para a aprovação da "PEC da Transição". Para uma plateia composta prin-cipalmente de empresários, o presidente da Câmara destacou que a PEC ainda está na fase do anteprojeto.

—Não tem ainda o projeto,

não tem ainda o texto, não tem ainda o autor, não tem ainda as assinaturas. O que anda as assinaturas. O que nós temos é um tempo exí-guo, de praticamente 17, 20 dias úteis para discutir um texto desses — afirmou Lira, em referência ao recesso de

fim de ano do Congresso. Lira disse que o texto da PEC, que começará a trami-tar pelo Senado, deverá ser "minimamente equivalente nas duas Casas":

—Eu não ousaria transcor-rer sobre o mérito desta PEC, nas todos conhecem qual foi o comportamento do Con-gresso Nacional nos últimos dois anos. Oquenão vai taltar é coerência, seja de um lado, seja de outro.

R\$136BI SEM IMPACTO Integrante da equipe de tran-sição do governo Lula, o ex-ministro da Fazenda e do Pla-nejamento Nelson Barbosa também afirmou ontem que expandir os gastos em até R\$ 136 bilhões no ano que vem não significaria aumento de despesas na proporção do PIB em relação ao nível de 2022. A comparação com o Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador usado como referên-

cia para o nível de gasto. Barbosa afirmou que, de acordo com o relatório de Orçamento mais recente divulgado para este ano, o governo Jair Bolsonaro deve gastar o equivalente a 19% do PIB em 2022. Para 2023, a proposta 2022. Para 2025, a proposta
de Orçamento que tramita
no Congresso — enviada pela
atual gestão em agosto —
prevê um percentual meno, de 17,6% do PIB.
— O que isso significa?
Simifica que so voçã dici-

Significa que, se você adicionar até R\$ 136 bilhões no Orçamento do ano que vem, não será expansão fiscal. Se adicionar até R\$ 136 bilhões no Orçamento do ano que vem em gastos, o gasto do ano que vem será igual ao efetivamente feito no último ano do governo Bolso-naro—afirmou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 11